

## **AS MULHERES CHEGAM AOS QUARTÉIS: GÊNERO E FORÇAS ARMADAS NO CONE SUL\***

*Suzeley Kalil Mathias<sup>1</sup> - UNESP/Franca*

Neste texto apresentamos alguns indicativos do processo de incorporação feminina às Forças Armadas latino-americanas e, em particular aos países que compõem o Mercosul ampliado, o Brasil em primeiro plano. O foco da análise aqui apresentada é especificamente sobre a “mulher soldado”, aquela que está presente, sob diferentes formas e *status* nas fileiras das Forças Armadas.

Considera-se que apesar de nas duas últimas décadas se registrar avanços significativos nos estudos sobre gênero e de ações políticas afirmativas nesta área, a questão da segurança e gênero permanece órfã. Nos estudos sobre mulher, destacam-se aqueles a respeito da violência contra a mulher e sua participação nas ditaduras e processos de transição. Sua presença na luta armada contra as ditaduras instaladas em vários países ao longo dos anos 60 e 70 merece atenção especial, bem como sobre como são vítimas desses conflitos armados. Como agentes de conflitos, a presença da mulher é sempre apresentada pelo seu caráter excepcional, desconsiderando que sua presença nas frentes de guerra e quartéis pode mudar a natureza mesma da batalha.<sup>2</sup>

Quiçá o que explica a ausência da temática de gênero no que se refere aos estudos sobre a segurança e a guerra tenha a ver com o momento em que o movimento feminista e a perspectiva acadêmica de gênero ganharam terreno. Foi durante as sangrentas ditaduras militares que isso se processou. A desconfiança em relação às Forças Armadas justifica não apenas os poucos estudos sobre gênero, mas mesmo sobre as funções e papéis militares em nossas sociedades.

Além do medo endógeno, as experiências dos países aqui tratados, isto é, aqueles que constituem o chamado Mercosul ampliado, compartilham da enorme interferência castrense na política. Não por acaso, o pano de fundo para a entrada das mulheres nas

Forças Armadas destes países foi também o mesmo: eram países recém saídos dos chamados regimes autoritários-burocráticos.<sup>3</sup>

Tendo por premissa que o resultado das transições entre regimes burocrático autoritários (BA) e governos democráticos é largamente influenciada pelo tipo de transição, a proposta é avaliar se e como tais transições influenciaram a entrada das mulheres nas forças armadas de seus países. Para proceder à análise, a inspiração que nos move está na leitura dessa tipologia de O'Donnell apresentada por Ernesto López.<sup>4</sup>

Adaptando a tipologia de López para o caso aqui tratado, a classificação assim construída assenta-se em três fatores: . 1) tipo de controle civil sobre as Forças Armadas; 2) situação profissional das Forças Armadas no pós-ditadura e, 3) capacidade de conter o conflito social nos limites das regras do jogo democrático. Outro fator que aparentemente influenciou o processo de incorporação feminina às Forças Armadas é o tempo transcorrido entre a ditadura e governo democrático.

Aplicando o modelo proposto, podemos dividir os seis países enfocados em dois grupos. No primeiro grupo estariam Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, países no quais se estabeleceu um controle civil, ainda que limitado, sobre as Forças Armadas e que garantiu o respeito às regras do jogo no governo democrático. Com relação à situação profissional pós-ditaduras, as Forças Armadas tem um grau maior de profissionalização relativamente ao período ditatorial. No segundo grupo, estão Bolívia e Paraguai, nos quais o controle civil sobre as Forças Armadas não foi capaz de conter o conflito social nos limites das regras democráticas, bem como erigir o profissionalismo castrense.<sup>5</sup>

Paralelamente às mudanças no processo político, também o universo social de atuação das mulheres mudou. O novo contexto econômico-social ao mesmo tempo em que abriu novas oportunidades para as chamadas minorias, também trouxe consigo resultados trágicos. A mulher é o ator paradoxal deste novo mundo, mais urbano e cosmopolita, pois, se essa nova ordem apresenta melhores condições de

empregabilidade e cidadania para a mulher, também gera maior pobreza e menor assistência por parte de Estados cada vez menos soberanos.

Tomando a América Latina como universo, a CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe –, mostra que os índices de pobreza e indigência vêm aumentando continuamente deste lado do globo. Tais dados informam que 43,4% da população latino-americana vivia na pobreza, dos quais 18,8% eram indigentes, isto é, viviam com menos de 1 dólar diário. Informava também que a região da América Latina e Caribe é a de maior desigualdade social do mundo.<sup>6</sup>

É sob o duplo signo de crise econômica e democratização política que boa parte das forças armadas latino-americanas abrem suas portas às mulheres, dando uma nova marca à década de 80, não apenas a década das conquistas democráticas, mas também de maior liberdade e protagonismo num campo até então fechado às mulheres, aquele que constitui o próprio cerne da política: o fazer parte de seu instrumento de violência legítima.

Não foi por acaso que a incorporação da mulher às Forças Armadas aconteceu neste período. Os fatores que explicam essa incorporação, conforme vários estudos mostram, estão intimamente relacionados com democracia e crise, esta última não necessariamente econômica. É por isso que a primeira incorporação acontece na Dinamarca em 1946, logo após o término da Segunda Guerra, enquanto que Portugal e Espanha só o fazem em 1988, após vencerem suas ditaduras e reformar suas estruturas políticas e econômicas.

Segundo os estudos empreendidos sobre o assunto, são três os principais fatores que levam à integração das mulheres às forças armadas. O primeiro é a democracia que cada vez mais exige maior igualdade na oferta de oportunidades para os cidadãos. Depois, está a mudança na forma de fazer a guerra, nisto compreendendo as mudanças tecnológicas (sofisticação nos armamentos) e administrativas (gestão da guerra). O

terceiro fator poderia ser chamado de psicossocial, pois é consequência da percepção dos agentes sobre a função dos militares, o que englobaria a questão econômica (proventos e benefícios) e também o prestígio da profissão, resultante tanto do grau de legitimidade castrense (crise de identidade e grau de confiança da sociedade) como da pouca atração que a profissão teria para o sexo masculino.

Os procedimentos para o recrutamento militar feminino na América Latina, em linhas gerais, não difere quase nada no seu processar-se relativamente aos países da OTAN nos seus primórdios. Iniciaram-se ao longo dos anos 80, inserindo as mulheres em quadros complementares das Forças, nos quais elas desempenhariam funções de menor prestígio, pois não ligadas diretamente ao combate, como os cargos administrativos, de ensino e saúde. É importante lembrar que a presença feminina em corpos de enfermagem ou como professoras (jamais instrutoras) nas Forças Armadas, já era comum desde a década de 50 – como na Argentina, que criou um Corpo de Enfermagem para o Exército em 1960. Porém, esses quadros não faziam parte da estrutura militar desses países até os anos 80. É o que resume a tabela abaixo:

Tabela: Dados Comparativos da Incorporação feminina às Forças Armadas no Mercosul ampliado

	Quando aconteceu a incorporação?	Tem acesso a Armas combatentes?	Tem acesso ao Oficialato Superior, quais Forças?	Por meio de qual força foi feita a incorporação?	Qual o tempo transcorrido entre a primeira Força a incorporar e a incorporação integral?
Argentina	1980	Não	Em todas as Forças	Força Aérea	2 anos <sup>1</sup>
Brasil	1980	Não	Na Força Aérea <sup>2</sup>	Marinha	12 anos
Paraguai	1999	Não	No Exército <sup>3</sup>	Exército	Não houve
Uruguai	1998	Sim	Em todas as Forças	Exército	3 anos
Bolívia	1981-85/2003 <sup>4</sup>	Não	Exército	Exército	Não houve incorporação
Chile	1995	Sim	Força Aérea	Exército	7 anos

Fonte: Comandos das Forças singulares dos países citados.

<sup>1</sup> Em 1960 é criado um corpo feminino, mas seus quadros não pertencem ao Exército. A incorporação aos quadros de comando iniciam-se em 1997 e se completam em 2001. Para Argentina, a fonte utilizada foi Donadio, Marcela. La incorporación de la mujer em las Fuerzas Armadas de Argentina. Texto apresentado no XXV Congresso da LASA. Las Vegas, out./2004.

<sup>2</sup> Essa incorporação foi feita por medida judicial, isto é, as cadetes da Academia da Força Aérea pediram na justiça a sua incorporação ao mais alto posto da Força.

<sup>3</sup> As mulheres foram incorporadas ao Exército como quadro complementar, isto é, elas ingressam como profissionais universitárias e, por isso, não podem ascender ao oficialato superior. A partir de 2003, as mulheres são admitidas na academia militar como cadetes. Assim, por hipótese, essas cadetes podem chegar a postos de comando. Todavia, essa promoção não foi regulamentada.

<sup>4</sup> Na Bolívia não há incorporação feminina legalizada. Por determinação do Executivo, abrem-se vagas no Colégio Militar para mulheres quando o ministro, em conjunto com o presidente, decide que deve fazê-lo. Quando elas entram, lhes é permitido ascender ao mais alto posto da hierarquia no Exército. Nas demais Forças, não se processou a incorporação.

Em razão das citadas mudanças, somadas ao preceito constitucional da igualdade de gênero, as mulheres ganharam o direito de pertencer aos quadros permanentes das Forças Armadas. Apesar das mulheres poderem galgar postos de comando e, por isso, poderem chegar um dia a comandar a força, da mesma forma que na maioria dos países do mundo, elas não podem assumir funções na frente de combate, concentrando-se em postos de apoio ou auxílio à tropa.

Chama a atenção no caso argentino o fato da reforma militar não ter sido produto de uma política traçada pelo meio civil. Ao contrário, muitas das mudanças decorreram da omissão civil e foram, na quase totalidade dos casos, fruto da percepção negativa das Forças Armadas frente à sociedade civil. Foram a necessidade de justificar-se perante a sociedade e adaptar-se às novas exigências mundiais na questão da defesa as duas causas da modernização castrense, projeto que incluía a incorporação feminina às fileiras militares.

No Brasil, não houve nenhuma reformulação da estrutura militar. Ao contrário, o que se apresenta é uma sobreposição de medidas objetivando promover uma aparente adaptação das Forças Armadas à Democracia e às exigências bélicas do mundo hoje. O recrutamento feminino para as Forças Armadas, iniciado pela Marinha em 1980, também não se baseou na necessidade de cumprir com as exigências de igualdade de oportunidades, pois é apenas em 1988, com a nova Constituição, que esse preceito aparece. Defende-se que o que justificou esse procedimento foi a somatória do sucesso

que a incorporação feminina teve nas polícias militares estaduais e, por outro, o desprestígio dos militares particularmente diante das elites, o que abriu a profissão para as mulheres. No mesmo sentido, a crise de identidade castrense advinda de seu afastamento da política e a participação crescente de mulheres nas Missões da ONU, exigiram reformulações que apontavam para a incorporação feminina. Em 1982, foi a vez da Aeronáutica e apenas em dez anos, em 1992, ingressou a primeira turma com 29 alunas na Escola de Administração do Exército (EsAex – Salvador/BA), para formação de oficiais de carreira. Nas três Forças as mulheres atuam em diversas áreas como médicas, enfermeiras, dentistas, farmacêuticas, veterinárias, professoras, engenheiras, arquitetas, advogadas, jornalistas, etc.

O Uruguai parece ser o caso em que a reforma foi mais profunda e mulheres e homens tem o mesmo *status* como militares. Isto não significa que não haja problemas e que não esteja em processo a equiparação em termos de comportamento de gênero. Conforme um estudo feito pelo Exército, mais do que incorporar mulheres à Força, o que se promove é uma integração entre homens e mulheres à vida militar.

Dos países do Mercosul, o Paraguai é o que menos evoluiu do ponto de vista da necessária reestruturação de suas Forças Armadas, bem como na definição de uma política de Defesa. Dada a peculiaridade da sociedade paraguaia, a incorporação feminina às Forças Armadas, ainda que muito limitada diante de seus vizinhos, deve ser saudada, pois representa um avanço significativo no respeito aos direitos da mulher e no estabelecimento da igualdade de gênero.

A Bolívia, infelizmente, não conseguiu superar seus problemas a ponto de construir instituições que sejam capazes de amortecer os graves problemas que põem em risco a sobrevivência das regras do jogo político. Dos países aqui tratados, é o que menos se aproxima da consolidação da democracia, continuando sob o signo da transição entre autoritarismo e democracia. Neste aspecto, a iniciativa de participação feminina foi do

próprio Executivo e, considerando que as Forças Armadas continuam a desempenhar legalmente o papel de contedores da ordem pública, a mesma necessidade pode ter motivado a abertura do Exército para as mulheres nos anos 80. Talvez isso explique porque nesse país não exista uma incorporação real das mulheres às Forças Armadas, pois não foi regulamentada e nem resultou de uma política específica, seja das Forças Armadas ou do governo. Tanto entre 1981 e 1985 quanto em 2003, foi por uma ação do Executivo que se reservaram algumas poucas vagas para as mulheres. Por outro lado, desde 1998 funciona um serviço pré-militar para bacharéis que pode ser freqüentado por ambos os sexos. Porém, além de ser de curta duração, não é requisito ou garantia para a incorporação castrense.<sup>7</sup>

De tradição diferente das forças armadas dos seus vizinhos, o Chile constitui outro caso de igualdade entre gêneros nas Forças Armadas. Porém, diferente das uruguaias, as chilenas só tem acesso às armas de combate na Força Aérea, o que amplia suas possibilidades de chegar ao oficialato superior e ao comando da Força. Na Armada e no Exército, a participação feminina está restrita às armas de apoio, o que não impede galgar postos em nível de estado-maior e, portanto, poder chegar ao comando da Força. No entanto, da mesma forma que acontece com os homens, dificilmente aquele que não está no centro do combate é alçado ao comando.

O Chile também criou uma modalidade de Serviço Militar para as mulheres. Neste caso, porém, revela-se a desigualdade que permanece no interior da sociedade castrense, pois enquanto o serviço militar é obrigatório para os homens, é voluntário para as mulheres. Outra novidade foi o papel fundamental do Parlamento na criação de serviços e incorporação feminina às Forças Armadas, o que não aconteceu nos demais países aqui tratados.<sup>8</sup>

Em síntese, os seis casos aqui sumariamente analisados representam diferentes formas de incorporação das mulheres às Forças Armadas. Em cada um o papel dos civis

e militares dependeu da própria dinâmica dessas relações no processo político, o que também serviu como forma de explicar o grau de incidência do tipo de transição do autoritarismo para o governo democrático sobre o tema. Dos fatores indicados como motivadores da incorporação feminina, defende-se aqui que é o nomeado de psicossocial como o mais influente no que se refere à América Latina.<sup>9</sup> Esse parece ter sido ainda mais forte naqueles países que, como o Brasil, impedem que as mulheres galguem os postos de comando e que não estabeleceram o serviço militar voluntário.

---

\* Versão preliminar deste texto foi publicado no Atlas de Defesa e Forças Armadas, veiculado pela RESDAL ([www.resdal.org.ar](http://www.resdal.org.ar)).

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Sociais, Professora dos cursos de História e Relações Internacionais (UNESP-Franca), pesquisadora do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional-GEDES (CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS-UNESP-Franca), é autora de *A militarização da burocracia*, São Paulo, Ed. UNESP/FAPESP, 2004.

<sup>2</sup> PERROT, Michelle. *Os excluídos da História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

<sup>3</sup> O'Donnell, Guillermo. *Análise do Autoritarismo Burocrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

<sup>4</sup> LÓPEZ, Ernesto J. A construção do controle civil: Argentina, Brasil e Chile. In SAINT-PIERRE, Héctor e MATHIAS, Suzeley K. *Entre votos e botas: as forças armadas no labirinto Latino-Americano do novo milênio*. Franca, UNESP, 2001.

<sup>5</sup> Com algumas restrições, particularmente quanto ao profissionalismo militar, poder-se-ia incluir neste grupo o Peru, a Venezuela e a Colômbia, países nos quais o conflito entre civis e militares permaneceu e até aumentou no período pós-ditatorial.

<sup>6</sup> *Folha de S. Paulo*, 02/12/2004, p. B-12.

<sup>7</sup> Devo essas informações a Juan Ramón Quintana, a quem agradeço. As interpretações são de minha inteira responsabilidade.

<sup>8</sup> Observatório Cono Sur de Defensa y Fuerzas Armadas – *Informe Chile n° 136*, 17/06/2004 a 23/07/2004.

<sup>9</sup> Tendo como universo todos os países ocidentais, esta visão é defendida por MOSKOS, Charles *et. al.* no livro *The post modern military: armed forces after the Cold War*. Nova York, Oxford Uni Press, 2000.